

ARRUDA ALVIM

**MANUAL DE
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

- **TEORIA GERAL DO PROCESSO**
- **PROCESSO DE CONHECIMENTO**
- **RECURSOS • PRECEDENTES**

19ª edição revista, atualizada e ampliada

THEREZA ALVIM
REVISORA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alvim, Arruda

Manual de direito processual civil : teoria geral do processo : processo de conhecimento : recursos : precedentes / Arruda Alvim. -- 19. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5065-355-2

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil 3. Processo de conhecimento I.
Título.

20-35424

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)

2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

GRUPO DE APOIO.....	7
PREFÁCIO À 19ª EDIÇÃO – 3ª EDIÇÃO DEPOIS DA VIGÊNCIA DO CPC/2015.....	9
1 – CONCEITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SUA RELAÇÃO COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	
1.1. Denominação e âmbito.....	33
1.2. Princípios informativos do processo civil – lógico, jurídico, político e econômico.....	37
1.3. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito.....	41
1.3.1. O processo civil e o Direito Constitucional.....	41
1.3.2. O processo civil e o Direito Penal.....	45
1.3.3. O processo civil e o Direito Processual Penal.....	46
1.3.4. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	48
1.3.5. O processo civil e o Direito Civil.....	50
1.3.6. O processo civil e o Direito Comercial.....	50
1.3.7. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho.....	52
1.3.8. O processo civil e os Direitos Humanos.....	52
2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
2.1. Processo civil romano.....	56
2.1.1. Período das <i>legis actiones</i>	56
2.1.2. Período do processo formulário.....	57
2.1.3. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	57
2.2. Processo romano-barbárico.....	58
2.3. O processo comum na Itália.....	59
2.3.1. Período dos glosadores.....	59
2.3.2. Período dos pós-glosadores.....	60
2.3.3. Período da jurisprudência culta.....	60
2.4. O processo comum na Alemanha.....	60
2.5. O processo na Península Ibérica e suas implicações no Direito brasileiro.....	61
2.5.1. As Ordenações – Especialmente as Filipinas.....	62
2.6. O Brasil e sua legislação depois da Independência.....	62
2.6.1. O Regulamento 737.....	63
2.6.2. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais.....	63

2.6.3.	A reunificação do processo civil – os códigos de 1939 e 1973	64
2.7.	A reelaboração dogmática do direito processual civil no século XX.....	65
2.7.1.	Autonomia do direito da ação.....	67
2.7.2.	Moderna classificação das ações.....	67
2.7.3.	O processo concebido como contrato ou quase contrato.....	68
2.7.4.	O processo como instrumento predominantemente técnico.....	69
2.8.	A fase contemporânea do processo civil brasileiro.....	70
2.8.1.	Intersecção entre função cognitiva, executiva e cautelar	70
2.8.2.	Insuficiência do processo individual à luz do direito material e da ascensão das massas.....	73
2.8.3.	Alterações no sistema processual em correspondência à ascensão de novos direitos tuteláveis.....	79
2.9.	O Novo Código de Processo Civil.....	82

3 – JURISDIÇÃO

3.1.	A Função Jurisdicional.....	101
3.1.1.	O Estado de Direito	101
3.1.2.	Natureza da função jurisdicional e suas características	105
3.1.3.	Os princípios fundamentais da jurisdição	107
3.1.4.	Jurisdição contenciosa e voluntária.....	110
3.1.5.	Função jurisdicional e métodos alternativos de solução de conflitos	111
3.1.6.	A reforma do Poder Judiciário	112
3.2.	Jurisdição e sua função de controle	116
3.2.1.	Inconstitucionalidade de lei declarada incidentalmente	117
3.2.2.	O controle concentrado da constitucionalidade.....	121
3.2.3.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	129

4 – DIREITO DE AÇÃO

4.1.	A teoria da ação	133
4.1.1.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções.....	133
4.1.2.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo.....	134
4.1.3.	A ação e o direito subjetivo no prisma judicial.....	136
4.1.4.	Teoria civilista da ação.....	140
4.1.5.	A posição de Adolf Wach.....	141
4.1.6.	A posição de Chiovenda	142
4.1.7.	Crítica às concepções clássicas sobre a ação	144
4.2.	Conceito de ação e condições para o seu exercício	147
4.2.1.	Definição de ação	147
4.2.2.	As condições da ação em nosso Direito positivo	147
4.2.2.1.	O interesse processual.....	151
4.2.2.2.	A legitimidade para a causa	154
4.2.3.	O procedimento de verificação das condições da ação.....	155
4.2.4.	As condições da ação e o mérito	157

4.2.5.	A extinção por falta de condições da ação e a repositura da demanda	158
4.3.	A ação declaratória	160
4.3.1.	Particularidades da ação declaratória	160
4.3.2.	A ação declaratória incidental – sua função no CPC/1973 e o tratamento do tema no CPC/2015	164
4.4.	A ação e o objeto do processo	167
4.4.1.	O papel do “fato” na teoria da ação	167
4.4.2.	Conceito de mérito	170
4.4.3.	Elementos da ação	171
4.4.3.1.	As partes e sua identificação	171
4.4.3.2.	O objeto (o pedido)	172
4.4.3.3.	Fundamento legal e causa de pedir	174
4.4.4.	Cumulação de pretensões (de pedidos)	176
4.4.5.	Concorrência de ações	179

5 – PROCESSO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

5.1.	A formação da relação jurídica processual	183
5.2.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	185
5.3.	Pressupostos processuais de validade da relação jurídica processual	190
5.4.	Pressupostos processuais negativos	195

6 – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS E OS CHAMADOS PRECEDENTES PELO NOVO CPC

6.1.	Norma jurídica	197
6.2.	Norma cogente e norma dispositiva	202
6.3.	Normas processuais civis e normas substanciais	203
6.4.	Classificação das normas processuais civis	204
6.4.1.	Normas de processo e normas de procedimento	204
6.5.	As fontes da norma processual civil	211
6.5.1.	Os chamados precedentes no CPC	212
6.6.	Normas processuais na Constituição Federal	214

7 – AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

7.1.	A função da Parte Geral e a estrutura dogmática do CPC/2015	221
7.2.	Leitura e interpretação do CPC à luz da Constituição (art. 1.º)	224
7.2.1.	A remodelação do papel das Constituições e o papel da magistratura e dos parlamentos	225
7.2.2.	Modificação, no plano prático, do papel das Constituições	227
7.2.3.	Impactos do constitucionalismo sobre o conceito e os objetivos da jurisdição	229
7.2.4.	O impacto da constitucionalização do direito sobre a jurisprudência	231
7.2.5.	Interpretação conforme a Constituição	233
7.3.	A inércia e a inafastabilidade da jurisdição (arts. 2.º e 3.º)	233
7.3.1.	Jurisdição e arbitragem	235

7.3.2.	A conciliação e a mediação	240
7.4.	A duração razoável do processo (art. 4.º)	242
7.5.	A boa-fé processual (art. 5.º)	243
7.6.	A cooperação processual (art. 6.º)	247
7.7.	A isonomia e a paridade de tratamento (art. 7.º)	250
7.8.	A hermenêutica e a aplicação das leis processuais (art. 8.º)	254
7.8.1.	A interpretação das leis em geral	254
7.8.2.	Interpretação da lei processual civil	257
7.8.3.	A hermenêutica conforme o art. 8.º do CPC/2015	258
7.8.3.1.	Especificamente: a proporcionalidade e a aplicação do direito processual	261
7.8.4.	As fontes subsidiárias da norma processual civil	269
7.8.4.1.	Analogia	271
7.8.4.2.	Costume	272
7.8.4.3.	Os princípios gerais do Direito	272
7.8.4.4.	A jurisprudência e o processo civil	276
7.9.	O contraditório como influência e a necessidade de diálogo (arts. 9.º e 10)	277
7.10.	Publicidade e motivação das decisões (art. 11)	281
7.11.	Ordem cronológica de julgamento (art. 12)	283

8 – ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS FUNÇÕES

8.1.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	285
8.2.	Órgãos judiciários	286
8.2.1.	Conselho Nacional de Justiça	289
8.3.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	290
8.4.	Regimento dos tribunais	291
8.5.	Organização judiciária	292
8.6.	Normas disciplinadoras da organização judiciária	294
8.7.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e as leis de processo	295
8.8.	Auxiliares da Justiça	297
8.9.	A cooperação internacional e nacional	301

9 – COMPETÊNCIA

9.1.	Jurisdição e competência: alguns aspectos introdutórios	303
9.2.	Definição de competência	306
9.2.1.	Competência absoluta e competência relativa	308
9.2.2.	A competência como pressuposto processual	310
9.2.3.	Competência exterior e interior	313
9.3.	Critérios para definição da competência	314
9.3.1.	A dita “competência internacional” e “interna”	314
9.3.2.	A divisão tripartida da competência (os critérios objetivo, territorial e funcional)	317

9.3.3.	O critério objetivo em razão da matéria ou do valor da causa (a competência objetiva)	318
9.3.4.	O critério territorial (a competência territorial)	319
9.3.5.	O critério funcional ou da função do órgão jurisdicional (a competência funcional)	320
9.3.6.	Prevenção	321
9.4.	A competência territorial e a definição do foro competente	323
9.4.1.	Foro e juízo	324
9.4.2.	Foro geral	325
9.4.3.	Foros especiais	327
9.4.4.	Foro para as ações fundadas em direito real sobre imóveis	328
9.4.5.	O foro para as ações pertinentes à sucessão	331
9.4.6.	O foro do ausente	334
9.4.7.	O foro do incapaz	334
9.4.8.	O foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	335
9.4.9.	O foro para as ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável	335
9.4.10.	O foro para as ações em que se pedem alimentos	336
9.4.11.	Demais foros especiais	337
9.5.	A competência da Justiça Federal	337
9.5.1.	As hipóteses de competência	339
9.5.2.	Casuística	345
9.5.3.	A competência da Justiça Federal é absoluta	348
9.5.4.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	349
9.6.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	350
9.7.	A competência em leis extravagantes	351
9.8.	Incompetência	354
9.8.1.	Incompetência relativa	354
9.8.2.	Incompetência absoluta	355
9.8.3.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	358
9.9.	Modificação da competência (conexão e continência de causas)	360
9.9.1.	Conexão de causas	360
9.9.2.	Continência de causas	363
9.10.	Conflito de competência	364
9.10.1.	Aspectos introdutórios	364
9.10.2.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais	364
9.10.3.	O procedimento do conflito de competência	365

10 – OS SUJEITOS DO PROCESSO

10.1.	Introdução	367
10.2.	O juiz	367
10.2.1.	Independência funcional e garantias do juiz	368
10.2.2.	A atuação do juiz na relação processual	371

10.3.	Parte, capacidade e legitimação processual	373
10.4.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	378
10.5.	A capacidade de ser parte, a capacidade para estar em juízo, a legitimação processual e a legitimidade <i>ad causam</i>	379
10.5.1.	Os incapazes e sua representação em juízo	381
10.5.2.	O regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil.....	383
10.5.3.	A colisão de interesses do incapaz e do representante.....	384
10.5.4.	O curador especial.....	385
10.5.5.	Forma de ser sanada a incapacidade	391
10.5.6.	A capacidade processual do casal	392
10.6.	Advogado	394
10.6.1.	Capacidade postulatória.....	394
10.6.2.	A função do advogado	399
10.6.3.	A procuração e os poderes conferidos	402
10.6.4.	Deveres do advogado previstos no Código de Processo Civil.....	408
10.6.5.	Direitos do advogado previstos pelo Código de Processo Civil.....	410
10.6.6.	Honorários advocatícios sucumbenciais	412
10.6.7.	Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública	421
10.7.	A Defensoria Pública e sua Função Institucional.....	423
10.7.1.	Atuação da Defensoria Pública em Juízo	427
10.7.2.	Atuação da Defensoria Pública como Parte	428
10.7.3.	A Representação Processual dos Necessitados.....	430
10.7.4.	Atuação da Defensoria Pública na Curadoria Especial	433
10.7.5.	O Defensor Público e sua Capacidade Postulatória	435
10.7.6.	Prerrogativas da Defensoria Pública previstas pelo Código de Processo Civil ...	437
10.8.	Ministério Público.....	439
10.8.1.	A atual função do Ministério Público	439
10.8.2.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público.....	440
10.8.3.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	446
10.8.4.	A atuação do Ministério Público.....	448
10.8.5.	Hipóteses de intervenção do Ministério Público no Código de Processo Civil	451
10.8.6.	A atuação do Ministério Público no processo	456
10.9.	Representação em Juízo das pessoas jurídicas	457
10.9.1.	Noções gerais	457
10.9.2.	A representação da União	458
10.9.3.	A representação dos Estados federados e do Distrito Federal	461
10.9.4.	A representação dos Municípios.....	463
10.9.5.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei.....	464
10.9.6.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	465
10.9.7.	A representação das paróquias da Igreja Católica	469

10.10. Representação dos entes despersonalizados.....	469
10.10.1. Introdução	469
10.10.2. A representação da massa falida	470
10.10.3. A representação das heranças jacente e vacante.....	471
10.10.4. A representação do espólio.....	472
10.10.5. A representação dos condomínios edilícios.....	474

11 – LITISCONSÓRCIO – TEMAS CORRELATOS

11.1. Conceito de litisconsórcio.....	479
11.2. Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação.....	480
11.3. Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 113 e 114) e o chamado litisconsórcio multitudinário (art. 113, § 1.º).....	481
11.4. Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material	483
11.5. Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	486
11.6. Litisconsórcio facultativo (art. 113)	487
11.6.1. Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 113, I)	488
11.6.2. Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 55 e 113, II) ...	489
11.6.3. Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 113, III)	490
11.7. Litisconsórcio necessário (arts. 114 e 115).....	493
11.8. Litisconsórcio unitário (art. 116)	499
11.9. Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	501
11.10. A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	507
11.11. A figura do litisconsórcio no sistema dos Juizados Especiais e no Código de Defesa do Consumidor.....	516

12 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

12.1. Introdução e razões de ser da intervenção de terceiros.....	519
12.2. Assistência	520
12.2.1. Noções gerais sobre o instituto da assistência simples.....	520
12.2.2. A assistência simples e a assistência litisconsorcial: aspectos em comum	523
12.2.3. A assistência simples e a assistência litisconsorcial: distinção	524
12.2.4. A atuação do assistente simples.....	526
12.2.5. A atuação do assistente litisconsorcial.....	528
12.2.6. Efeitos da sentença sobre o assistente simples e o assistente litisconsorcial... ..	528
12.2.7. O incidente de admissibilidade do assistente.....	530
12.3. Denúnciação da Lide.....	531
12.3.1. Noções gerais sobre o instituto e requisitos para sua admissão.....	531
12.3.2. A hipótese do art. 125, I.....	536
12.3.3. A hipótese do art. 125, II	536
12.3.4. O ingresso do denunciado	545
12.3.5. A posição do litisdenuciado	546

12.3.6.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	548
12.3.7.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	549
12.3.8.	As consequências da denunciação.....	552
12.3.9.	A denunciação da lide na execução	553
12.4.	Chamamento ao processo	553
12.4.1.	Finalidades e noções gerais do instituto	553
12.4.2.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 130 do CPC/2015)	555
12.4.3.	Procedimento do chamamento e seus efeitos	557
12.4.4.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	559
12.4.5.	Chamamento ao processo e a ação declaratória	560
12.5.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	561
12.5.1.	Noções gerais sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica	561
12.5.2.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida de forma incidental....	570
12.5.3.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida na petição inicial.....	573
12.5.4.	Procedimento para desconsideração da personalidade jurídica inversa	574
12.5.5.	Efeitos da decisão que desconsidera a personalidade jurídica	574
12.6.	<i>Amicus Curiae</i>	575
12.6.1.	Noções gerais sobre o <i>amicus curiae</i>	575
12.6.2.	Quem pode ser <i>amicus curiae</i>	578
12.6.3.	Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	580
12.6.4.	Requisitos para a admissão do <i>amicus curiae</i>	581
12.6.5.	A (ir)recorribilidade da decisão que admite ou inadmite o ingresso do <i>amicus curiae</i>	582
12.6.6.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	584
12.6.7.	O <i>amicus curiae</i> e os julgamentos de casos repetitivos	585
12.6.8.	<i>Amicus curiae</i> e a coisa julgada	587

13 – ATOS PROCESSUAIS

13.1.	Atos jurídicos e atos processuais	589
13.2.	Classificação dos atos processuais.....	592
13.3.	Forma dos atos processuais	602
13.4.	As nulidades dos atos processuais	604

14 – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

14.1.	Conceito.....	613
14.2.	A busca da superação do embate entre o publicismo e privatismo: influência sobre a disciplina dos negócios processuais no CPC/2015	615
14.3.	A cláusula geral sobre negócios processuais	619
14.4.	Requisitos dos negócios jurídicos processuais	623
14.5.	O controle judicial dos negócios jurídicos processuais.....	624
14.6.	Os limites dos negócios processuais	626
14.7.	O calendário processual	632

15 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

15.1.	Considerações introdutórias	635
15.2.	A citação	637
15.2.1.	Citação por correio	641
15.2.2.	Citação por oficial de justiça	647
15.2.3.	Citação com hora certa	649
15.2.4.	Citação por Edital	650
15.2.5.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	654
15.2.6.	Citação nas ações de família	654
15.2.7.	Local da citação	655
15.2.8.	Impedimentos legais para a efetivação da citação	656
15.2.9.	Conceito de citação e suas consequências	658
15.2.10.	Efeitos da citação	661
15.2.11.	A falta de citação	662
15.2.12.	Nulidade da citação	663
15.3.	As intimações	664
15.3.1.	Peculiaridades formais da intimação	667
15.3.2.	A comunicação por fac-símile e similares (Lei n.º 9.800/1999)	670
15.3.3.	O processo eletrônico – da Lei n.º 9.800/1999 ao CPC/2015	673

16 – O TEMPO E OS PRAZOS NO PROCESSO

16.1.	Prazos e preclusão	685
16.2.	Os princípios informativos do processo e os prazos	686
16.3.	Os princípios da utilidade e preclusão	687
16.4.	Prazos e sua classificação	698
16.5.	Contagem dos prazos	702
16.6.	Os prazos mais importantes	705
16.7.	Preclusão	706
16.8.	A interrupção da prescrição, a obstaculização da decadência e a prescrição intercorrente	711
16.9.	Suspensão da execução e a prescrição intercorrente	720

17 – AS TUTELAS PROVISÓRIAS

17.1.	Notas evolutivas: o surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973 e a sua importância para a evolução das tutelas provisórias de urgência	725
17.1.1.	O surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973	726
17.1.2.	A distinção entre tutela cautelar e tutela antecipatória	733
17.1.3.	A inserção da fungibilidade entre as tutelas de urgência no CPC/1973	738
17.1.4.	A sistematização das tutelas provisórias no CPC/2015	741
17.2.	Principais características das tutelas provisórias	743
17.3.	Disciplina geral das tutelas provisórias	745
17.3.1.	Competência para conhecimento das tutelas provisórias	745

17.3.2.	Impossibilidade de concessão <i>ex officio</i> das tutelas provisórias	746
17.3.3.	Possibilidade de revogação ou alteração das tutelas provisórias	746
17.3.4.	Fungibilidade entre as tutelas provisórias	747
17.3.5.	Efetivação das tutelas provisórias	749
17.3.6.	Ausência de discricionariedade na verificação dos pressupostos às tutelas provisórias	753
17.4.	Tutelas de urgência	755
17.4.1.	Sistematização das tutelas de urgência	755
17.4.2.	Pressupostos à concessão das tutelas de urgência	755
17.4.3.	Tutela de urgência e reversibilidade da medida	760
17.4.4.	Responsabilidade pelos danos causados com a efetivação da tutela de urgência....	763
17.5.	Tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	764
17.6.	A estabilização da tutela de urgência antecipada antecedente	770
17.6.1.	Síntese evolutiva do instituto e principais questões no direito pátrio	770
17.6.2.	Pressupostos para a estabilização da tutela antecipada de urgência antecedente	775
17.6.3.	Estabilização e coisa julgada	782
17.6.4.	Outras questões polêmicas sobre a estabilização da tutela	786
17.7.	Tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente	788
17.8.	A tutela antecipada de evidência	793
17.8.1.	Fundamentos da tutela de evidência e diferença entre tutela antecipada de urgência e tutela antecipada de evidência	793
17.8.2.	Diferença entre tutela antecipada da evidência e julgamento antecipado de mérito	794
17.8.3.	Hipóteses de concessão e pressupostos da tutela antecipada da evidência....	795

18 – PETIÇÃO INICIAL

18.1.	Conceito, finalidade e importância da petição inicial	799
18.2.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	799
18.3.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	800
18.4.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas	800
18.5.	Forma da petição inicial	801
18.6.	Requisitos da petição inicial	802
18.7.	Pedido	809
18.7.1.	Alteração ou aditamento do pedido e da causa de pedir	814
18.8.	Momento do ajuizamento da ação, distribuição e registro da petição inicial	815
18.9.	Deferimento, emenda e indeferimento da petição inicial	818
18.10.	Improcedência liminar do pedido	822

19 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

19.1.	Mecanismos de autocomposição e Poder Judiciário	827
19.2.	Audiência de conciliação ou mediação	828

19.3.	Procedimento.....	833
19.4.	A audiência de conciliação ou mediação nas ações de família.....	835

20 – RESPOSTA DO RÉU

20.1.	Resposta e outras possíveis reações do réu	837
20.2.	Forma e início da contagem do prazo para contestação.....	838
20.3.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa	839
20.4.	Contestação	840
20.4.1.	Função processual da contestação e ônus da impugnação especificada dos fatos	840
20.4.2.	Contestação e seu conteúdo processual.....	841
20.4.3.	Ainda sobre o conteúdo processual da contestação: especificamente a alegação de incompetência	845
20.4.4.	A contestação e seu conteúdo material: classificação da defesa de mérito em direta e indireta	847
20.4.5.	Contestação, concentração da defesa e preclusão	848
20.5.	O impedimento e a suspeição do julgador	849
20.6.	Reconvenção	851
20.6.1.	Possibilidade de ampliação subjetiva do processo na reconvenção.....	853
20.6.2.	Procedimento da reconvenção	854
20.6.3.	Autonomia da reconvenção.....	858
20.7.	As questões prejudiciais suscitadas como espécie de resposta do réu e a subsistência da ação declaratória incidental para as ações ajuizadas sob a vigência do CPC/1973....	859

21 – REVELIA

21.1.	Introdução	861
21.2.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	862
21.3.	Revelia e litisconsórcio	869
21.4.	Revelia e assistência	872
21.5.	Revelia e reconvenção	872
21.6.	Revelia e julgamento antecipado do mérito	873
21.7.	Revelia e procedimentos especiais.....	875
21.8.	Revelia e citação ficta.....	877

22 – SUSPENSÃO DO PROCESSO

22.1.	Ideias gerais.....	879
22.2.	A suspensão necessária do processo	880
22.3.	A suspensão facultativa do processo.....	886

23 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

23.1.	A fase de saneamento e organização do processo.....	889
23.2.	As providências preliminares	889

23.3.	O julgamento conforme o estado do processo	891
23.3.1.	A extinção do processo sem resolução de mérito – sentenças terminativas ...	892
23.3.1.1.	O inciso I do art. 485	892
23.3.1.2.	O inciso II do art. 485	893
23.3.1.3.	O inciso III do art. 485	893
23.3.1.4.	O inciso IV do art. 485	895
23.3.1.5.	O inciso V do art. 485	896
23.3.1.6.	O inciso VI do art. 485	896
23.3.1.7.	O inciso VII do art. 485	897
23.3.1.8.	O inciso VIII do art. 485	898
23.3.1.9.	O inciso IX do art. 485	900
23.3.1.10.	O inciso X do art. 485	901
23.3.1.11.	As consequências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito	901
23.3.2.	As decisões interlocutórias que extinguem parte do processo	902
23.3.3.	As sentenças resolutivas de mérito (definitivas) decorrentes de composição das partes	903
23.3.4.	As decisões interlocutórias que homologam composição das partes relativamente a parcela do mérito	903
23.3.5.	As decisões definitivas que reconhecem a prescrição ou a decadência.....	903
23.3.6.	As decisões interlocutórias que reconhecem a prescrição ou a decadência quanto à parcela do pedido	904
23.3.7.	As sentenças definitivas decorrentes do julgamento antecipado do mérito ...	904
23.3.8.	As decisões interlocutórias decorrentes do julgamento antecipado <i>parcial</i> de mérito	907
23.4.	A decisão de saneamento e organização do processo	908

24 – TEORIA GERAL DA PROVA

24.1.	Conceito jurídico da prova, momentos da prova e procedimento probatório	913
24.1.1.	A natureza das normas sobre provas	913
24.1.2.	Conceito de prova	915
24.1.3.	A prova, a persuasão racional e o problema da verdade	915
24.1.4.	Objeto de prova	917
24.1.5.	Momentos da prova e procedimento probatório	920
24.1.6.	Postulação das provas	920
24.1.7.	Admissão das provas	921
24.1.8.	Produção das provas	922
24.1.9.	Valoração das provas	924
24.2.	As provas e os princípios regentes do direito processual civil	924
24.2.1.	A prova e o princípio da liberdade, atipicidade ou não-taxatividade dos meios de prova	924
24.2.2.	A vedação das provas ilícitas como exceção ao princípio da liberdade dos meios de prova	925

24.2.3.	A prova e o princípio da persuasão racional	928
24.2.4.	A prova e o princípio dispositivo	929
24.2.5.	A prova e o princípio da aquisição processual	931
24.3.	Indícios e presunções	932
24.3.1.	Diferença entre prova direta e indireta	932
24.3.2.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	933
24.3.3.	Presunção	934
24.3.4.	Espécies de presunção	934
24.3.5.	As presunções legais	936
24.3.6.	As presunções do homem	937
24.3.7.	Valoração das presunções <i>hominis</i>	938
24.3.8.	A presunção <i>hominis</i> e a prova contrária	939
24.3.9.	A prova <i>prima facie</i>	939
24.3.10.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	941
24.4.	Ônus da prova	941
24.4.1.	Introdução	941
24.4.2.	Distinção entre ônus, obrigação e dever	942
24.4.3.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	942
24.4.4.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	943
24.4.5.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	944
24.4.6.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	945
24.4.7.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	946
24.4.8.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova de acordo com a regra geral (estática) do art. 373, caput, do CPC/2015	947
24.4.9.	A flexibilização do ônus da prova e a teoria das cargas dinâmicas probatórias	947
24.5.	Produção antecipada de provas	951
24.5.1.	Aspectos conceituais	951
24.5.2.	Hipóteses e características procedimentais	953
24.6.	Prova emprestada	955
24.6.1.	Conceito e fundamentos da prova emprestada	955
24.6.2.	Natureza e eficácia da prova emprestada	958
24.6.3.	Pressupostos à prova emprestada	960
24.6.4.	Questões problemáticas: a diversidade de juiz natural nos processos originário e destinatário e suas implicações	962

25 – PROVAS EM ESPÉCIE

25.1.	Ata notarial	969
25.2.	Depoimento pessoal	972
25.2.1.	Noções gerais	972
25.2.2.	Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos	975
25.2.3.	Definição	978

25.2.4.	Recusa em depor e aplicação da pena de confesso	980
25.2.5.	Procedimento do depoimento pessoal.....	982
25.2.6.	Restrições a certos fatos (art. 388 do CPC/2015).....	983
25.2.7.	Depoimento pessoal e confissão.....	983
25.3.	Confissão	984
25.3.1.	Noções gerais	984
25.3.2.	Conceito de confissão	984
25.3.3.	Elementos da confissão	987
25.3.4.	Espécies de confissão	988
25.3.5.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão.....	988
25.3.6.	Efeitos da confissão.....	989
25.3.7.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo.....	989
25.3.8.	Revogação ou anulação da confissão	989
25.4.	Prova documental	989
25.4.1.	Noções gerais	989
25.4.2.	Definição de documento	991
25.4.3.	Os autores intelectual e material do documento.....	991
25.4.4.	O conteúdo e a eficácia do documento	992
25.4.5.	A forma como sendo da substância do documento.....	994
25.4.6.	O documento, em regra, é prova pré-constituída	997
25.4.7.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais.....	997
25.4.8.	Os documentos e a autenticidade.....	999
25.4.9.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade.....	1000
25.4.10.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	1000
25.4.11.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica	1000
25.4.12.	O documento e sua data	1000
25.4.13.	Validade e autenticidade. Distinção.....	1001
25.4.14.	O valor probante dos documentos e arguição de falsidade.....	1002
25.4.15.	Exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	1004
25.4.16.	Fundamento jurídico ao direito à exibição de documento ou coisa.....	1006
25.4.17.	As partes e sua legitimidade.....	1007
25.4.18.	Os limites do pedido de exibição de documento ou coisa.....	1007
25.4.19.	A recusa fundada de exibição	1007
25.4.20.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição.....	1008
25.4.21.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição.....	1008
25.4.22.	Os recursos.....	1009
25.4.23.	A produção da prova documental e o procedimento.....	1009
25.5.	Prova testemunhal	1011
25.5.1.	Noções gerais	1011
25.5.2.	Testemunha e parte. Distinção	1012
25.5.3.	Testemunha e perito. Distinção	1012
25.5.4.	O valor da prova testemunhal.....	1012

25.5.5.	A técnica de inquirição.....	1013
25.5.6.	O sujeito da prova testemunhal.....	1017
25.5.7.	Conceito de testemunha.....	1017
25.5.8.	A obrigação de testemunhar.....	1019
25.5.9.	Quem pode ser testemunha.....	1022
25.5.10.	Deveres e direitos da testemunha.....	1030
25.5.11.	O pedido e a admissibilidade da prova testemunhal.....	1031
25.5.12.	Procedimento da prova testemunhal.....	1033
25.5.13.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas.....	1036
25.5.14.	A substituição de testemunhas.....	1037
25.6.	Prova pericial.....	1037
25.6.1.	Conceito de perícia.....	1037
25.6.2.	Cabimento da prova pericial.....	1037
25.6.3.	Momento do pedido da prova pericial.....	1041
25.6.4.	O juiz e o resultado da perícia.....	1042
25.6.5.	Perícia. Requisitos e realização.....	1044
25.6.6.	A perícia e o perito.....	1049
25.6.7.	O perito e a sua responsabilidade.....	1051
25.7.	Inspeção judicial.....	1052
25.7.1.	Noções gerais.....	1052
25.7.2.	A participação de peritos na inspeção.....	1054
25.7.3.	A presença das partes na inspeção.....	1054
25.7.4.	A documentação da inspeção.....	1054

26 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

26.1.	Introdução.....	1057
26.2.	Atos que antecedem a audiência.....	1059
26.3.	A audiência de instrução e julgamento.....	1059
26.4.	Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	1061
26.5.	O adiamento da audiência.....	1062
26.6.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	1063
26.7.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público.....	1065

27 – SENTENÇA

27.1.	Generalidades sobre sentença.....	1067
27.2.	Conceito de sentença.....	1068
27.3.	Natureza jurídica e efeitos da sentença.....	1072
27.4.	As oportunidades em que pode ser proferida a sentença.....	1074
27.5.	Sentenças processuais (terminativas) e de mérito (definitivas).....	1076
27.5.1.	Sentenças terminativas.....	1076
27.5.2.	Sentenças definitivas.....	1079
27.6.	Sentenças classificadas por sua eficácia.....	1080

27.6.1.	Sentença declaratória	1081
27.6.2.	Sentença constitutiva	1083
27.6.3.	Sentença condenatória	1084
27.6.4.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	1085
27.6.5.	Sentenças dispositivas	1092
27.6.6.	Sentenças complexas	1093
27.7.	Intelecção da sentença e seus elementos	1094
27.7.1.	Relatório	1095
27.7.2.	Fundamentação	1096
27.7.3.	Estrutura e conteúdo básico da fundamentação	1099
27.7.3.1.	A limitação à reprodução de ato normativo	1100
27.7.3.2.	O emprego imotivado de conceitos jurídicos indeterminados	1101
27.7.3.3.	A fundamentação genérica	1102
27.7.3.4.	A falta de fundamentação-resposta	1103
27.7.3.5.	A menção descontextualizada de precedente judicial	1104
27.7.3.6.	A não observância injustificada do precedente judicial	1105
27.7.3.7.	A analogia não fundamentada e a decisão diante de lacunas da lei	1106
27.7.4.	O dispositivo e a essencialidade do conteúdo decisório da sentença	1107
27.8.	A correlação entre pedidos, causas de pedir e sentença	1109
27.8.1.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	1109
27.8.2.	A sentença <i>extra petita</i>	1110
27.8.3.	A sentença <i>ultra petita</i>	1112
27.8.4.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico	1113
27.9.	A sentença e os fatos supervenientes à demanda	1113
27.10.	Correção de inexatidões e erros materiais	1118
27.11.	A sentença coletiva	1122

28 – A COISA JULGADA

28.1.	Noção de coisa julgada e seu valor no ordenamento jurídico	1125
28.1.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material	1131
28.2.	Limites da coisa julgada	1132
28.2.1.	Limites objetivos da coisa julgada (material)	1132
28.2.2.	Limites subjetivos da coisa julgada	1141
28.2.3.	Limites temporais da coisa julgada	1142
28.3.	Efeitos da coisa julgada	1143
28.3.1.	Efeitos negativos da coisa julgada	1143
28.3.2.	Efeitos reflexos da coisa julgada	1144
28.3.3.	Efeito preclusivo da coisa julgada material	1144
28.4.	Coisa julgada e relações jurídicas continuativas	1149
28.5.	A chamada “relativização da coisa julgada” e a previsão dos § 12 a 15 do art. 525 e dos § 5.º a 8.º do art. 535 do CPC/2015	1150

28.6.	O momento de formação da coisa julgada – relação deste tema com o prazo para a propositura de ação rescisória	1158
28.7.	A coisa julgada coletiva	1160
28.7.1.	O Efeito Preclusivo e a Coisa Julgada Coletiva	1181

29 – FASE DE LIQUIDAÇÃO

29.1.	Noções gerais	1183
29.2.	Limites cognitivos na liquidação	1185
29.3.	Resultado da liquidação igual a zero	1187
29.4.	Espécies de liquidação	1192
29.4.1.	Liquidação por arbitramento	1193
29.4.2.	Liquidação pelo procedimento comum	1196
29.5.	Natureza da decisão que põe fim à fase de liquidação	1199

30 – AÇÃO RESCISÓRIA

30.1.	A impugnação das decisões judiciais transitadas em julgado	1209
30.2.	A decisão objeto de ação rescisória	1210
30.2.1.	Ação rescisória contra capítulos de decisão	1211
30.2.2.	A possibilidade de ajuizamento de ação rescisória contra decisão que não seja de mérito	1211
30.2.3.	Ação rescisória e ação anulatória	1213
30.2.4.	Ação rescisória e a ação declaratória de inexistência jurídica (<i>querela nullitatis</i>)	1215
30.2.5.	Rescisória da rescisória	1217
30.3.	Hipóteses que permitem a rescisão da decisão judicial	1217
30.3.1.	<i>Proferida</i> por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1218
30.3.2.	<i>Proferida</i> por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente	1219
30.3.3.	<i>Resultar</i> de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1219
30.3.4.	<i>Ofender</i> a coisa julgada	1220
30.3.5.	<i>Violar</i> manifestamente norma jurídica	1222
30.3.6.	<i>For</i> fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória	1226
30.3.7.	<i>Quando</i> obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1227
30.3.8.	<i>For</i> fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	1228
30.4.	Prazo para a propositura da ação rescisória	1229
30.5.	Legitimidade das partes na ação rescisória	1231
30.5.1.	As partes do processo e os seus respectivos sucessores	1232
30.5.2.	O terceiro juridicamente interessado	1233
30.5.3.	O Ministério Público	1233
30.5.4.	<i>Aquele</i> que não foi ouvido no processo no qual era obrigatória a sua intervenção... ..	1234
30.5.5.	Legitimidade passiva	1234

28		
		MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
30.6.	Competência para processamento e julgamento da ação rescisória	1234
30.7.	Procedimento da ação rescisória	1238
30.7.1.	Cumulação de pedidos, depósito prévio e improcedência liminar do pedido ...	1238
30.7.2.	Tutela provisória.....	1240
30.7.3.	Resposta do réu e instrução probatória.....	1240
30.7.4.	Julgamento	1241
		31 – VISÃO GERAL SOBRE OS RECURSOS
31.1.	Noções preliminares a respeito dos recursos	1243
31.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	1244
31.2.	Vantagens e qualidades do sistema do CPC/2015.....	1248
31.2.1.	Inovações em matéria de recursos e o CPC/2015 (alguns aspectos): celeridade e simplificação no contexto recursal	1249
31.2.2.	Diferenças fundamentais entre CPC/1973 e o CPC/2015, em relação à celeridade e simplificação.....	1253
31.2.3.	Considerações finais a respeito da sistemática recursal do CPC/2015	1261
31.3.	Princípios Recursais	1263
31.3.1.	Duplo grau de jurisdição	1264
31.3.2.	Taxatividade.....	1266
31.3.3.	Dispositivo	1267
31.3.4.	Unirrecorribilidade ou Singularidade.....	1268
31.3.5.	Fungibilidade.....	1270
31.3.6.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1273
31.3.7.	Dialeticidade	1275
31.4.	Efeitos decorrentes da interposição dos recursos	1277
31.4.1.	Efeito obstativo	1277
31.4.2.	Efeito devolutivo.....	1278
	31.4.2.1. Profundidade do efeito devolutivo e/ou efeito translativo	1279
31.4.3.	Suspensivo	1283
31.4.4.	Efeito regressivo ou de retratação	1285
31.4.5.	Efeito expansivo.....	1286
31.4.6.	Efeito substitutivo	1289
		32 – ADMISSIBILIDADE E PROCESSAMENTO DOS RECURSOS
32.1.	Juízo de admissibilidade dos recursos	1291
32.2.	Competência para análise dos requisitos de admissibilidade.....	1293
32.3.	Natureza da decisão sobre a inadmissibilidade.....	1294
32.4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	1297
32.4.1.	Cabimento	1298
32.4.2.	Legitimidade para recorrer	1300
32.4.3.	Interesse em recorrer	1305
32.4.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	1308

32.4.5.	Tempestividade	1313
32.4.6.	Preparo	1318
32.4.7.	Regularidade formal	1320
32.5.	Recurso Adesivo	1322
32.5.1.	Generalidades	1322
32.5.2.	Denominação e natureza jurídica	1324
32.5.3.	Objeto do recurso adesivo	1326
32.5.4.	Requisitos de admissibilidade	1328
32.5.4.1.	Cabimento do recurso adesivo	1329
32.5.4.2.	Legitimidade recursal	1333
32.5.4.3.	Interesse recursal	1341
32.5.4.4.	Tempestividade, preparo e demais requisitos de admissibilidade recursais.....	1346
32.5.5.	Interposição, processamento e julgamento	1353
32.6.	Poderes do Relator	1355

33 – APELAÇÃO

33.1.	Cabimento do recurso de apelação	1365
33.2.	Classificação e principais características do recurso de apelação.....	1366
33.3.	O efeito devolutivo no recurso de apelação	1368
33.3.1.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as questões que podem ser conhecidas de ofício	1370
33.3.2.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as causas maduras	1372
33.3.3.	Uma síntese das consequências do efeito devolutivo no recurso de apelação ...	1380
33.4.	O efeito suspensivo do recurso de apelação	1381
33.5.	A apelação e as decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento ...	1384
33.5.1.	A apelação e as decisões interlocutórias que resolvem múltiplas questões	1385
33.5.2.	A apelação contra as decisões interlocutórias e o recurso subordinado do vencedor	1389
33.5.3.	A apelação subordinada do vencedor e a apelação adesiva: síntese com- parativa.....	1392
33.5.4.	A hipótese excepcional de apelação autônoma contra decisão interlocutória	1393
33.6.	A apelação dirigida à solução de questão prejudicial contida na fundamentação da sentença	1395
33.7.	O prazo e a regularidade formal do recurso de apelação	1395
33.8.	O procedimento do recurso de apelação.....	1396
33.8.1.	A admissibilidade da apelação só em segundo grau	1401
33.9.	Apelações com juízo de retratação.....	1402

34 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

34.1.	Considerações introdutórias	1403
34.2.	Cabimento do agravo de instrumento e possibilidade de interpretação extensiva das hipóteses legais: ausência de violação à taxatividade	1405

34.2.1.	Panorama doutrinário-jurisprudencial sobre a interpretação do art. 1.015 do CPC/2015.....	1406
34.2.2.	Nossa opinião sobre o assunto.....	1418
34.3.	Principais hipóteses de cabimento do agravo de instrumento	1421
34.4.	Prazo e pressupostos de regularidade formal do agravo de instrumento.....	1428
34.5.	Os efeitos do agravo de instrumento	1430
34.5.1.	Os efeitos do agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória parcial de mérito	1431
34.6.	Procedimento do recurso de agravo de instrumento	1433

35 – AGRAVO INTERNO

35.1.	Cabimento e finalidade do agravo interno.....	1435
35.2.	Prazo e regularidade formal.....	1437
35.3.	Procedimento do agravo interno	1438
35.4.	Multa aplicável ao agravo manifestamente inadmissível ou improcedente	1439
35.5.	Conversão dos embargos de declaração em agravo interno	1439
35.6.	Os efeitos do agravo interno.....	1440

36 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

36.1.	Natureza recursal dos embargos de declaração.....	1441
36.2.	Cabimento dos embargos de declaração.....	1442
36.2.1.	Embargos de declaração com fundamento em obscuridade da decisão embargada.....	1444
36.2.2.	Embargos de declaração com fundamento em contradição da decisão embargada.....	1444
36.2.3.	Embargos de declaração com fundamento em omissão da decisão embargada.....	1445
36.2.4.	Embargos de declaração com fundamento em erro material.....	1447
36.3.	O prazo dos embargos de declaração	1448
36.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	1449
36.4.1.	Efeito interruptivo	1450
36.4.2.	Efeito modificativo ou infringente dos embargos de declaração	1451
36.5.	Procedimento dos embargos de declaração	1452
36.6.	Embargos de declaração e a hipótese de se entender que o caso seria de agravo interno, salvo se se verificar na decisão dos primeiros embargos fundamento para os segundos.....	1453
36.7.	Interposição concomitante de embargos de declaração por uma parte e recurso contra a decisão originária pelo litisconsorte ou pela parte adversa.....	1454
36.8.	Embargos de declaração com fins de prequestionamento.....	1455
36.9.	Embargos de declaração protelatórios e sua reiteração.....	1457

37 – RECURSO ORDINÁRIO

37.1.	Aspectos conceituais e cabimento do recurso ordinário	1459
37.2.	Fungibilidade e recurso ordinário	1461

37.3.	Efeitos do recurso ordinário	1462
37.4.	Processamento do recurso ordinário	1464
37.5.	Agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça	1465

38 – RECURSOS DE ESTRITO DIREITO

38.1	Recursos de <i>estricto direito</i> ou recursos extraordinários <i>lato sensu</i> – Um breve panorama	1467
38.2.	Breve histórico dos recursos especial e extraordinário – O surgimento do Recurso Extraordinário, sua evolução e feições até o surgimento do Recurso Especial	1475
38.2.1.	Da Constituição do Império até a Constituição de 1969 (Emenda nº 1 de 1969) – Uma análise do direito positivo brasileiro	1476
38.2.2.	Da Constituição Federal de 1988: a redução das hipóteses de cabimento do recurso extraordinário e a criação do recurso especial	1489
38.3.	O papel dos tribunais superiores no julgamento dos recursos especial e extraordinário	1492
38.4.	Núcleo constitucional comum dos recursos especial e extraordinário	1499
38.4.1.	Decisão proferida em “única ou última instância” – o chamado esgotamento das vias ordinárias	1500
38.4.2.	O prequestionamento: cabimento em face das “causas decididas”	1506
38.5.	Recurso especial	1519
38.5.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio de recurso especial – análise do inciso III do art. 105 da CF/1988	1520
38.5.2.	Hipóteses de cabimento – Fundamentação do Recurso Especial	1523
38.5.2.1.	Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (alínea <i>a</i>) – A insubsistência da Súmula 400 do STF	1527
38.5.2.1.1.	O fundamento da alínea <i>a</i> e as hipóteses específicas de cabimento das alíneas <i>b</i> e <i>c</i> , do inciso III, do art. 105 da CF/1988	1534
38.5.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>)	1535
38.5.2.2.1.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>) – Uma análise comparativa com o art. 102, III, <i>d</i> , da CF/1988	1536
38.5.2.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>) – Uma análise do atual conteúdo da alínea <i>b</i>	1539
38.5.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (alínea <i>c</i>)	1542
38.5.3.	A relevância da questão federal infraconstitucional – A PEC 209/2012 da Câmara dos Deputados e a PEC 10/2017 do Senado Federal	1545
38.6.	Recurso Extraordinário	1549
38.6.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio do recurso extraordinário – análise do inciso III do art. 102 da CF/1988	1549
38.6.2.	Hipóteses Cabimento – Fundamento do Recurso Extraordinário	1551
38.6.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo da Constituição (alínea <i>a</i>)	1554

32		
		MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
	38.6.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (alínea b) 1560
	38.6.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (alínea c) 1562
	38.6.2.4.	Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal (alínea d) 1564
	38.6.3.	Repercussão geral no recurso extraordinário 1566
	38.7.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário – especificidades 1576
	38.8.	Admissibilidade, processamento e julgamento dos recursos especial e extraordinário 1585
	38.9.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário 1594

39 – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

39.1.	Embargos de divergência nos recursos especial e extraordinário – A uniformização no âmbito dos Tribunais Superiores 1601
39.2.	Cabimento dos embargos de divergência 1604
39.3.	Efeitos dos embargos de divergência 1609
39.4.	Processamento dos embargos de divergência 1611

40 – PRECEDENTES JUDICIAIS E DIREITO JURISPRUDENCIAL

40.1.	A força da jurisprudência no CPC/2015 1615
40.2.	Parâmetros para formar, aplicar e não aplicar decisões de observância obrigatória 1622
	40.2.1. Distinção, superação e adoção de decisões de observância obrigatória 1626
	40.2.2. Organização e a indexação das decisões de observância obrigatória 1629
40.3.	O incidente de resolução de demandas repetitivas 1631
	40.3.1. Natureza e cabimento do incidente 1631
	40.3.2. Instauração e procedimento do incidente 1634
	40.3.3. Audiências e participação democrática no incidente 1638
	40.3.4. Julgamento do incidente e aplicação da tese 1639
40.4.	O incidente de assunção de competência 1641
	40.4.1. Natureza e função do incidente 1641
	40.4.2. Procedimento 1642
40.5.	Recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos 1644
	40.5.1. Processamento dos recursos repetitivos 1644
40.6.	Recurso extraordinário no regime da repercussão 1649
40.7.	A súmula vinculante 1652
	BIBLIOGRAFIA 1657
	ÍNDICE LEGISLATIVO 1743
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 1785
	ÍNDICE ONOMÁSTICO 1811